

CN-SISEM						MUNICIPIO DE RIO CLARO		CONSUMO	
						ELABORACAO DA LDO-2020			
						METAS E PRIORIDADES PARA 2020			
Programa : 7004 DEMOCRATIZACAO DOS ESPACOS PUBLICOS									
Objetivo :									
Promover e implantar planejamento estrategico de Governo e promover espacos de discussao de politicas publicas.									
Orgao Responsavel Principal : 03.00.00 SEC.MUN.GOVERNO,DES.ECONOMICO E PLANEJ									
Indicador :									
Unidade de Medida									
NAO HA									
Indice mais Recente									
Indice Futuro 2020									
NAO HA									
Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2019									
Valores 2020									
Meta Fisica									
Desp Correntes									
Desp de Capital									
Total									
% PERCENTUAL									
% PORCENTAGEM									
DIR.DESENV. ECON.									
1017 IMPLANTACAO DO MICRO DISTRITO INDUSTRIAL									
Total do Programa									
0									
39									

CN-SIFPM	MUNICIPIO DE RIO CLARO										CONAM
	ELABORACAO DA LDO-2020										
	METAS E PRIORIDADES PARA 2020										
Programa :	8001	APOIO A DEFESA NACIONAL E AO COMBATE A SINISTROS									
Objetivo :	Colaboracao aos custeios do tiro de guerra, servico militar e do bombeiros.										
Orgao Responsavel Principal :	14.00.00	SEC.SEGUR.	DEF.CIVIL	MOB.URB.E SIST.VIAR							
Indicador :	Unidade de Medida		Indice mais Recente		Indice Futuro 2020						
OBRAS DIVERAS	M2- METROS QUADRADOS		0		0						
Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2019											
Acao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida			Meta Fisica	Desp Correntes	Desp de Capital	Total			
1001 CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO	CHEFE DE GABINETE	M2. CONSTRUCAO %			100	0	5	5			
2001 DESPESAS DE REGIME DE ADIANTAMENTO	FD ESP. M. COR BOM. FEBOM	PORCENTAGEM			100	6	0	6			
2004 MANUTENCAO DO REGIME DE ADIANTAMENTO	CHEFE DE GABINETE	DEPARTAMENTOS			1	27	3	30			
2003 MANUTENCAO DO SERVICO MILITAR	CHEFE DE GABINETE	DEPARTAMENTOS			1	50	6	56			
2004 MANUTENCAO DO TIRO DE GUERRA	FD ESP. M. COR BOM. FEBOM	UNIDADES			1	281	20	301			
2054 MANUTENCAO DO BOMBEIRO	CHEFE DE GABINETE	PORCENTAGEM			100	25	0	25			
2341 DESP. REG. ADIANTAMENTO - TG E SERV. MILITAR											
Total do Programa					389	34	423				





CN-51PPM										MUNICIPIO DE RIO CLARO										CONAN									
										ELABORACAO DA LDO-2020																			
										METAS E PRIORIDADES PARA 2020																			
Programa : 9001										SENTENCAS JUDICIARIAS E PRECATORIOS																			
Objetivo :										Manutencao das sentencas judiciais e precatórios.																			
Orgao Responsavel Principal : 17.00.00										DEPTO.AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO-DAEE																			
Indicador :										Unidade de Medida										Indice mais Recente									
ATENDIMENTO DE DEMANDA										% PERCENTUAL										100									
																				100									
										Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2019																			
																				Valores 2020									
Acao																													
										Orgao Executor																			
										Produto / Unidade de Medida																			
2025 SENTENCAS JUDICIARIAS E PRECATORIOS										MAN ADM										% PERCENTUAL									
										PORCENTAGEM										100'									
																				1.133									
																				0									
										Total do Programa										1.133									
																				0									
																				1.133									

CN-SIPPM										MUNICIPIO DE RIO CLARO										CONAM									
										ELABORACAO DA LDO-2020																			
										METAS E PRIORIDADES PARA 2020																			
Programa : 9999										RESERVA DE CONTINGENCIA																			
Objetivo :										Contingenciar suplementacoes.																			
Orgao Responsavel Principal : 20.00.00										INST. PREV. PROP. DO SERV. MUN DE R. C.																			
Indicador :										Unidade de Medida										Indice mais Recente									
RESERVA CONTING.										% PERCENTUAL										100									
																				Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2019									
																				Valores 2020									
acao										Orgao Executor										Produto / Unidade de Medida									
																				Meta Fisica									
																				Reserva de Contingencia									
9001 RESERVA DE CONTINGENCIA - SAUDE										GAB. PRES. DIR. ASSES.										% PERCENTUAL									
9002 RESERVA DE CONTINGENCIA - PREFEITURA										GAB. SEC. E DEPEND.										% PERCENTUAL									
9003 RESERVA DE CONTINGENCIA - ARQUIVO										GAB. SEC. E DEPEND.										% PERCENTUAL									
9004 RESERVA DE CONTINGENCIA - DAAE										MAN. ADM.										% PERCENTUAL									
9005 RESERVA DE CONTINGENCIA - IPRC										I. P. P. SER. MUN. R. C.										% PERCENTUAL									

CN-SIFPM		MUNICIPIO DE RIO CLARO		CONAN	
		ELABORACAO DA LDO-2020			
		METAS E PRIORIDADES PARA 2020			
		RESUMO POR ORGAOS EXECUTORES			
		Valores Expressos em R\$ milhares: medios / Valor			
		A C O E S			
		PROJETOS	ATIVIDADES	OPER. ESP.	TOTAL
ORGAOS					
02.00.00	GABINETE DO PREFEITO	5	6.965	0	6.970
03.00.00	SEC MUN GOVERNO, DES. ECONOMICO E PLANEJ.	133	4.536	0	4.669
04.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRACAO	0	39.843	0	39.843
05.00.00	SEC. MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS	1.000	26.188	0	27.188
06.00.00	SEC. MUNICIPAL DOS NEGOCIOS JURIDICOS	0	26.401	0	26.401
07.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO	1.850	170.892	0	172.742
08.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	2.384	32.131	0	34.515
09.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO	651	2.994	0	3.645
10.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA	167	5.760	0	5.927
11.00.00	SEC. MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	220	37.042	0	37.262
12.00.00	SEC. MUN. DA AGRIC., ABASTEC. SILV. E MANUT.	653	18.003	0	18.656
13.00.00	SEC. MUNICIPAL DOS ESPORTES E TURISMO	100	16.862	0	16.962
14.00.00	SEC. SEGUR., DEP. CIVIL, MOB. URB. E SIST. VIAR.	137	32.327	0	32.464
15.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	210	19.824	0	20.034
01.00.00	CAMARA MUNICIPAL	900	33.600	0	34.500
16.00.00	FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE	1.776	186.670	0	188.446
17.00.00	DEPTO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO-DAAE	2.328	107.409	0	109.737
18.00.00	ARQUIVO PUBLICO E HISTORICO DO MUNICIPIO	1	1.177	0	1.178
19.00.00	FUNDACAO ULYSSES SILVEIRA GUIMARAES	0	60	0	60
20.00.00	INST. PREV. PROP. DO SERV. MUN. DE R. C.	91.579	24.780	0	116.359
TOTAL		104.094	793.464	0	897.558
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		771.960		TOTAL DA RESERVA DE CONTINGENCIA	
		30.930		94.568	
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL:					

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 76/2019 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 76/2019, PROCESSO Nº 15360-091-19.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 76/2019, de autoria do nobre Prefeito Municipal, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

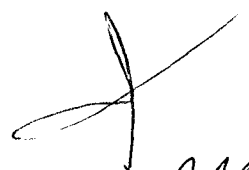
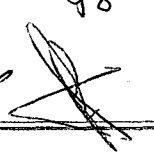
## PRELIMINARMENTE

Não cabe a esta Procuradoria analisar o presente Projeto de Lei no tocante aos valores e às metas ali inseridos, já que tais questões fogem à área jurídica.

## ASPECTO JURÍDICO

No aspecto jurídico, esta Procuradoria entende pela legalidade do Projeto de Lei em análise, pelos seguintes motivos:

1) A competência de iniciativa para dispor sobre matéria tributária e orçamentária é privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, a teor do disposto nos artigos 46, inciso IV; 79, inciso XX; 169, inciso II e art. 180, todos da Lei Orgânica do Município de Rio Claro e artigo 61, § 1º, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal.

  
RJP 98 



# Câmara Municipal de Rio Claro

---

Estado de São Paulo

---

2) A propósito, ensina o jurista Hely Lopes Meirelles que *"leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara."* (Direito Municipal Brasileiro, 6ª ed., p. 541).

No mesmo sentido os ensinamentos do jurista José Afonso da Silva:

*"A iniciativa legislativa é o ato pelo qual se dá início ao processo legislativo, mediante a apresentação de um projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, conforme se queira regular matéria dependente de um desses atos.*

*Em suma, em matéria de iniciativa legislativa, cabe distinguir os casos de iniciativa concorrente, iniciativa exclusiva e iniciativa vinculada.*

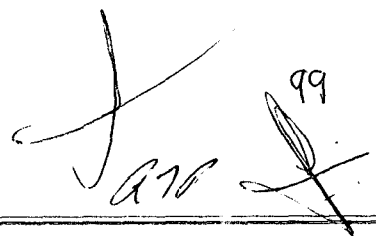
*Iniciativa legislativa concorrente é entendida aquela que pertence indiferentemente a Vereadores e ao Prefeito.*

*Iniciativa legislativa exclusiva é a que se confere apenas a um órgão, agente ou pessoa.*

*Iniciativa legislativa vinculada é a que o titular tem que tomar em determinado momento sobre determinada matéria".* (Manual do Vereador, ps. 87/88).

3) O Projeto de Lei em questão foi enviado à Câmara Municipal dentro do prazo fixado pela legislação, ou seja, até o dia 30 de junho (artigo 169, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro).

---



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Recomendamos, entretanto, às dignas Comissões Permanentes desta Edilidade, em especial a Comissão de Execução Orçamentária e Finanças da Câmara Municipal de Rio Claro a convocação de AUDIÊNCIAS PÚBLICAS para expor e debater os termos do Projeto de Lei, devendo ser publicado por Edital nos jornais de maior circulação da cidade por um período de três dias consecutivos.

Vale ressaltar, que a Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do IPRC e a margem de expansão das despesas correntes obrigatórias de caráter continuado do IPRC não estão presentes no Projeto em questão, não sendo cumprido o artigo 4º, § 2º, inciso IV, alínea “b” e inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.

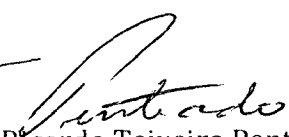
Diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica entende pela legalidade do Projeto de Lei nº 076/2019 com a ressalva acima mencionada.

Rio Claro, 13 de maio de 2019.

  
Daniel Magalhães Nunes

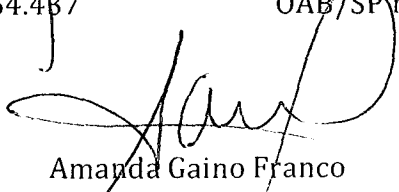
Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 076/2019

PROCESSO Nº 15360-091-19

PARECER Nº 047/2019

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS** nada tem a opor, aguardando a apreciação do mesmo pelos dignos Vereadores em Plenário, conforme as 02 (duas) Audiências Públicas realizadas nos dias 04 e 05 do mês de junho do corrente ano.

Rio Claro, 13 de junho de 2019.



**GERALDO LUIS DE MORAES**  
Presidente



**PAULO ROGÉRIO GUEDES**  
Relator

*manifestar no  
plenário*



**MARIA DO CARMO GUILHERME**  
Membro

*Manifestar no  
Plenário*

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## Projeto de Lei Substitutivo Nº 123 / 2017

(Dispõe sobre sanções referentes às praticas de maus-tratos e crueldade contra animais)

**Artigo 1º** - A ação ou omissão que implique maus-tratos e crueldade contra animais, definidos na Lei nº4086/2010 sujeitará o infrator às seguintes sanções:

§ 1º O não cumprimento no disposto na presente Lei sujeitará o infrator ao pagamento de multa, sendo observados os seguintes limites:

I – 300 (trezentas) Unidades Fiscais de Rio Claro – UFMRC em caso de maus-tratos que não acarretem lesão ou óbito ao animal;

II – 500 (quinhentas) Unidades Fiscais de Rio Claro – UFMRC em caso de maus-tratos que acarretem lesão ao animal;


III – 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Rio Claro – UFMRC em caso de maus-tratos que acarretem óbito do animal.

§ 2º Caso determinada ação ou omissão implique maus-tratos contra mais de um animal, a multa simples pela infração poderá ter seu valor agravado em até 1/6 (um sexto).

§ 3º As despesas com assistência veterinária e demais gastos decorrentes de maus-tratos de que trata esta Lei serão de responsabilidade do infrator.

**Artigo 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 25 de agosto de 2017

  
PAULO GUEDES  
Vereador

RECEBUE

102

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 123-A/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE  
LEI SUBSTITUTIVO Nº 123-A/2017 - PROCESSO Nº 14844-831-17.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei Substitutivo nº 123-A/2017, de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, que dispõe sobre sanções referentes às práticas de maus-tratos e crueldade contra animais.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

103  
[Assinatura]

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Saliente-se, que verificamos a existência da Lei Municipal nº 4086/2010 (de autoria do nobre Vereador Ricardo José Lemes, que dispõe sobre a proibição à prática de maus-tratos e crueldade contra animais no Município de Rio Claro), sendo que o presente Projeto de Lei complementa a Lei Municipal nº 4086/2010, definindo as sanções para quem causar maus tratos ou crueldade aos animais.

Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei Substitutivo em apreço reveste-se de **LEGALIDADE**.

Rio Claro, 29 de agosto de 2017.

  
Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco Eduardo

Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 123/2017

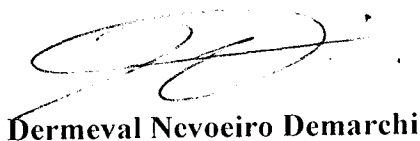
PROCESSO 14.844.831-17

PARECER Nº 151/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **PAULO MARCOS GUEDES** Dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 13 de setembro de 2017.

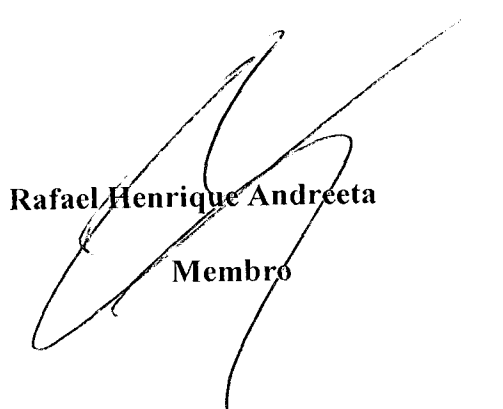


**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

**Presidente**

**Paulo Marcos Guedes**

**Relator**



**Rafael Henrique Andreetta**

**Membro**

105

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 123/2017

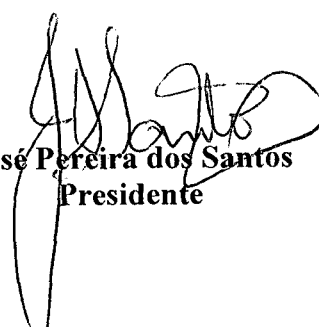
PROCESSO 14.844.831-17

PARECER Nº 146/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **PAULO MARCOS GUEDES** Dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 21 de setembro de 2017.



**José Pereira dos Santos**  
Presidente

**Paulo Marcos Guedes**  
Relator



**Hernani Alberto Mônaco Leonhardt**  
Membro



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 123/2017

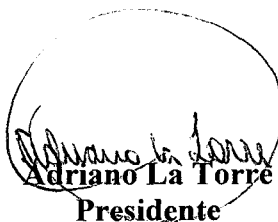
PROCESSO 14.844.831-17

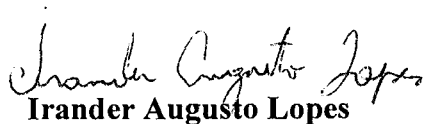
PARECER Nº 123/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **PAULO MARCOS GUEDES** Dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Município de Rio Claro e dá outras providências.

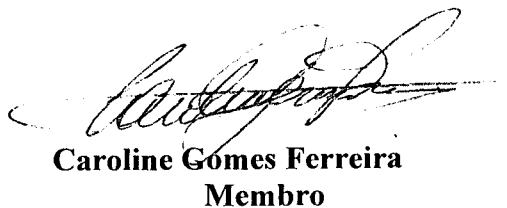
Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 05 de outubro de 2017.

  
Adriano La Torre  
Presidente

  
Irander Augusto Lopes

Relator

  
Caroline Gomes Ferreira  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA URBANA E  
RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 123/2017

PROCESSO 14.844.831-17

PARECER Nº 057/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **PAULO MARCOS GUEDES** Dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 05 de outubro de 2017.



**José Júlio Lopes de Abreu**  
Presidente



**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

Relator



**Yves Raphael Carbinatti Ribeiro**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 123/2017

PROCESSO 14.844.831-17

PARECER Nº 07/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **PAULO MARCOS GUEDES** Dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** da proposta, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

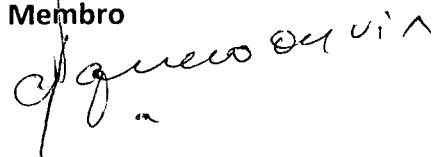
Rio Claro, 22 de fevereiro de 2018.

  
Paulo Rogério Guedes

Presidente

  
José Claudinei Paiva  
Relator

  
Maria do Carmo Guilherme  
Membro

  
José Claudinei Paiva

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 145/2017

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 4636 de 12 de dezembro de 2013.

**Artigo 1º** - A redação do *caput* do artigo 14 passará a ser a seguinte:

Artigo 14 – As dimensões máximas dos carrinhos de lanches não poderão ultrapassar 1,60m de largura, 4,00m de comprimento e 2,20 m de altura, devendo ser utilizado apenas seu espaço interno, ficando proibida a colocação de qualquer outro elemento ou objeto apensado externamente às suas estruturas ou em seu entorno, exceto o lavatório para higienização das mãos, toldo para proteção do manipulador e ligação de água e esgoto, sendo permitido o isolamento da área de trabalho ao redor do manipulador do carrinho de lanche.

**Artigo 2º** - A redação do Inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 14 passará a ser a seguinte:

Artigo 14 ....

Parágrafo 1º ....

Inciso II - Pia, reservatório de água tratada e reservatório de água utilizada com capacidade de 50 litros cada, caixa sifonada para esgoto possibilitando a ligação externa aos carrinhos de lanches, em local autorizado e com numeração cadastral expedida pelo SEPLADEMA, mediante estudo de viabilidade técnica da Autarquia de água e da Concessionária responsável pelo esgoto.

**Artigo 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 4967 de 3 de junho de 2016.

Rio Claro, 24 de Julho de 2017.



**JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**  
Vereador "Julinho Lopes"  
Vice-Presidente  
Líder do PP

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo


**PARECER JURÍDICO Nº 145/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 145/2017, PROCESSO Nº 14869-856-17.**

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 145/2017, de autoria do nobre Vereador José Júlio Lopes de Abreu, que altera dispositivos da Lei n.º 4636 de 12 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o comércio de lanches e outros produtos similares com carrinhos nas vias e logradouros públicos do Município de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

  
R10   
111

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Não obstante, trata-se de competência do Município complementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei altera dispositivos da Lei Municipal n.º 4636 de dezembro de 2013, não subsistindo qualquer inconstitucionalidade.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço **reveste-se de legalidade**.

Rio Claro, 06 de setembro de 2017.

  
Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco Eduardo

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 145/2017

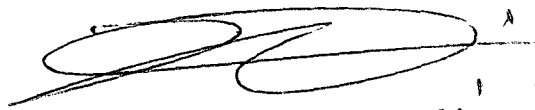
PROCESSO 14.869.856-17

PARECER Nº 153 /2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Altera dispositivos da Lei Municipal nº 4636 de 12 de dezembro de 2013.

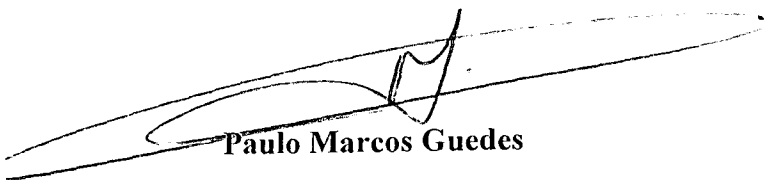
Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 13 de setembro de 2017.



**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

**Presidente**



**Paulo Marcos Guedes**

**Relator**



**Rafael Henrique Andreeta**

**Membro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 145/2017

PROCESSO 14.869.856-17

PARECER Nº 020 /2018

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Altera dispositivos da Lei Municipal nº 4636 de 12 de dezembro de 2013.

Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 12 de março de 2018.



José Pereira dos Santos  
Presidente

Paulo Marcos Guedes  
Relator



Hernani Alberto Mônaco Leonhardt  
Membro



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 145/2017

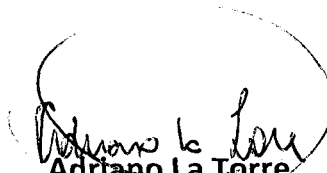
PROCESSO 14.869.856-17

PARECER Nº 044/2018

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Altera dispositivos da Lei Municipal nº 4636 de 12 de dezembro de 2013.

Esta Comissão opina pela **aprovação** da proposta, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 22 de março de 2018.

  
Adriano La Torre  
Presidente

  
Irander Augusto Lopes  
Relator

Caroline Gomes Ferreira  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA  
PROJETO DE LEI Nº 145/2017  
PROCESSO 14.869.856-17  
PARECER Nº 045/2018

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Altera dispositivos da Lei Municipal nº 4636 de 12 de dezembro de 2013.

Esta Comissão opina pela **aprovação** da proposta, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 23 de abril de 2018.



Thiago Yamamoto  
Presidente



Geraldo Luis de Moraes  
Relator

Anderson Adolfo Christofolletti  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO,  
POLÍTICA URBANA E RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 145/2017

PROCESSO 14.869.856-17

PARECER Nº 027/2018

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**, “Altera dispositivos da Lei Municipal nº 4636 de 12 de dezembro de 2013”.

Esta Comissão opina pela **APROVAÇÃO** da proposta deste Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 09 de agosto de 2018.



**José Júlio Lopes de Abreu**  
Presidente



**Dermeval Nevoeiro Demarchi**  
Relator

**Yves Raphael Carbinatti Ribeiro**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 145/2017


PROCESSO 14.869.856-17

PARECER Nº 059/2018

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**, Altera dispositivos da Lei Municipal nº 4636 de 12 de dezembro de 2013.

Esta Comissão opina pela **aprovação** da proposta, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 26 de abril de 2018.



Paulo Rogério Guedes

Presidente



José Claudinei Paiva  
Relator

Maria do Carmo Guilherme  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDAS EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 145/2017, DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ JULIO LOPES DE ABREU.

(Altera dispositivos da Lei Municipal nº 4636 de 12 de dezembro de 2013).

1. **EMENDA MODIFICATIVA** – Altera a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº145/2017, que passa a ser a seguinte:

**Artigo 1º** - A redação do *caput* do artigo 14, da Lei Municipal nº 4636/2013, passa a ser :

Artigo 14 – As dimensões máximas dos carrinhos de lanches não poderão ultrapassar 1,60m de largura, 4,00m de comprimento e 2,20 m de altura, devendo ser utilizado apenas seu espaço interno, ficando proibida a colocação de qualquer outro elemento ou objeto apensado externamente às suas estruturas ou em seu entorno, exceto o lavatório para higienização das mãos, toldo para proteção do manipulador e ligação de água e esgoto, sendo permitido o isolamento da área de trabalho ao redor do manipulador do carrinho de lanche.

2. **EMENDA MODIFICATIVA** – Altera a redação do artigo 2º do Projeto de Lei nº 145/2017, que passa a ser a seguinte:

**Artigo 2º** - A redação do Inciso II, do parágrafo 1º, e do parágrafo 2º, do artigo 14, da Lei Municipal nº 4636/2013, passarão a ser a seguinte:

Artigo 14 ....

Parágrafo 1º ....

Inciso II - Pia, reservatório de água tratada e reservatório de água utilizada com capacidade de 50 litros cada, caixa sifonada para esgoto, de acordo com os padrões normatizados, possibilitando a



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ligação externa aos carrinhos de lanches, em local autorizado e com numeração cadastral expedida pelo secretaria competente, mediante estudo de viabilidade técnica da Autarquia de água e da Concessionária responsável pelo esgoto.

Parágrafo 2º – Será permitida a utilização de até quatro conjuntos de mesas e cadeiras, e excepcionalmente número maior, com estudo da viabilidade e autorização da secretaria competente, desde que não colocadas em áreas verdes e não obstrua a circulação de pessoas no passeio público e que não coloque a integridade e a segurança das mesmas em risco, e se adaptem à Lei Federal 10.048/2000 que dispõe sobre Acessibilidade e o Decreto-Lei Federal 5296/2004 que a regulamentou, ou naquelas que lhes vier substituir, e esteja conforme a norma técnica ABNT NBR 9050, o que implica a não utilização do leito carroçável, que deverá ser regulamentado pelo Poder Executivo, onde poderá ser cobrado Taxa de Uso do espaço público, regulamentado através de Decreto.

Rio Claro, 16 de Julho de 2018.



**JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**  
Vereador "Julinho Lopes"  
Vice-Presidente  
Líder dos Progressistas